NOVEMBRO 2026

208ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Imagem criada com ChatGPT-AI

OPERAÇÃO FIASCO

Como a "maior apreensão de cocaína da história" virou vexame nacional

Editorial: As "midterms" e a derrota de Donald Trump

Rodrigo Constantino | Imposto do pecado: o PT odeia sua cervejinha (e sua liberdade)

Índice

Editorial: As “midterms” e a derrota de Donald Trump **04**

Francisco Razzo: Por que a maioridade penal deve cair para 16 anos **12**

Rodrigo Constantino: Imposto do pecado: o PT odeia sua cervejinha (e sua liberdade) **22**

Como “maior apreensão de cocaína da história” virou vexame para Receita e PF **28**

Direita aposta na exposição de votos no Senado para derrotar aliança entre Alcolumbre, Lula e Moraes **39**

Pacheco, que blindou STF, pode virar ministro e ainda emplacar Código Civil explosivo **48**

Da promessa de renovação à renúncia: a trajetória de Santiago Peña no Paraguai **64**

USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

GAZETA DO POVO



CONHEÇA O

SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Guerra no Irã e inflação foram fatores que colocaram o eleitorado de centro contra Donald Trump. (Foto: ChatGPT sobre foto de White House Press Office)

EDITORIAL

As “midterms” e a derrota de Donald Trump

As eleições norte-americanas de meio de mandato, as chamadas *midterms*, historicamente nunca são boas para o presidente dos Estados Unidos: o

último a conseguir conquistar ou manter o controle de ambas as casas do Congresso foi o republicano George W. Bush, em 2002 – e, antes dele, o democrata Jimmy Carter, em 1978. Às vésperas deste 3 de novembro, os republicanos já se conformavam com a perda da Câmara de Representantes (que seria totalmente renovado), mas esperavam ao menos manter o controle do Senado (onde estava em jogo um terço das cadeiras); o resultado final, no entanto, foi pior que o imaginado.

Os democratas serão maioria não apenas na Câmara, mas também no Senado; no entanto, a virada não ocorreu apenas nos estados e distritos que tradicionalmente oscilam entre democratas e republicanos: locais que eram tidos como fortalezas vermelhas (em referência à cor do Partido Republicano) também tiveram viradas. Os

casos mais emblemáticos foram o do Texas, que elegeu uma governadora e um senador democratas, e o do Kansas, que elegeu um senador democrata pela primeira vez desde 1932. Dos outros 35 estados onde também houve disputa pelo governo, os democratas conseguiram "virar" mais quatro, além do Texas; os republicanos só venceram onde já estavam no governo.

> ***O norte-americano votou com o bolso, mas não foi apenas na economia que Trump complicou a si mesmo***

Assim como faz um certo esquerdista brasileiro, também presidente, Donald Trump colocou a culpa pela derrota em todos os demais – inclusive os próprios correligionários republicanos –, isentando a si mesmo. No entanto, é um fato da cultura política norte-americana que as *midterms*

funcionam como um referendo sobre o mandatário, de que partido for. Outros presidentes, democratas e republicanos, pagaram o preço antes dele, em uma demonstração de que o eleitor norte-americano costuma ver com desconfiança a concentração de poder, e também Trump foi mal avaliado pelo que fez nestes dois anos de seu segundo mandato.

No front externo, Trump se elegeu prometendo um fim rápido para a guerra na Ucrânia, mas sua postura dúbia sobre a guerra na Ucrânia fortaleceu Vladimir Putin, que agora ameaça a Europa, inclusive com ciberataques – a Rússia é a principal suspeita no caso mais recente, em que hackers invadiram sistemas de supermercados europeus e levaram à perda de estoques de alimentos. Apesar das críticas feitas durante a campanha de 2024 ao intervencionismo norte-americano, Trump iniciou

uma guerra contra o Irã da qual não sabe como sair, e que elevou o preço global do petróleo, causando inflação dentro dos Estados Unidos – um problema que foi intensificado pelos "tarifaços" que encareceram produtos e insumos estrangeiros.

O norte-americano votou com o bolso, mas não foi apenas na economia que Trump complicou a si mesmo. Ao longo destes dois anos, o presidente norte-americano hostilizou a imprensa; perseguiu escritórios de advocacia que defendiam adversários políticos; exigiu de universidades listas de alunos estrangeiros, proibindo até mesmo que algumas delas aceitassem novos estudantes vindos do exterior; e adotou uma política de combate à imigração ilegal marcada por excessos, incluindo mortes durante operações do ICE, o Serviço de Imigração e Alfândega dos EUA. O

eleitor trumpista pode até vibrar com ao menos algumas dessas atitudes, mas o eleitor mais ao centro, que é decisivo em qualquer eleição, pode muito bem ter olhado para essa erosão do Estado de Direito e do devido processo legal, e resolvido retirar seu apoio aos republicanos, ao menos até que essa postura seja corrigida.

A reação de Trump à derrota foi ambígua. Ao *New York Times*, mostrou-se disposto a negociar com a oposição. “Esperamos poder trabalhar com eles [democratas]. Provavelmente chegaremos a algum acordo [sobre propostas no Congresso]”, disse ao jornal. Nas mídias sociais, entretanto, prometeu muitos vetos – o que será esperado e até louvável, caso o Partido Democrata use as recém-conquistadas maiorias para tentar aprovar todo tipo de loucura identitária ou economicamente irresponsável, um cenário que

não se pode excluir de antemão, devido às mudanças drásticas no panorama político norte-americano das últimas décadas.

Se no passado presidentes de um partido derrotados nas *midterms* conseguiam negociar plataformas com um Legislativo dominado pela oposição, a radicalização atual tornou muito mais difícil a construção de consensos. Não raro, propostas sensatas que em outras épocas conseguiriam apoio bipartidário hoje são rechaçadas pelo simples fato de partirem do bloco adversário. O Partido Democrata, por exemplo, viu crescer o número de congressistas de sua ala mais radical, os chamados "Democratas Socialistas da América".

Se Trump não quiser se tornar o que se convencionou chamar de "pato manco" – o

governante que detém o poder, mas não consegue aprovar nada de seu interesse no Legislativo –, terá de moderar sua postura e tentar encontrar plataformas que sejam palatáveis também aos democratas. Mas, a esse respeito, pairam duas grandes dúvidas: uma, se o republicano estará realmente disposto a isso; e duas, se os democratas aceitarão colaborar – correndo o risco de serem também eles punidos pelo eleitor em 2028, se forem vistos como os responsáveis por uma eventual paralisia.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Para entender e assinar um contrato, o adolescente precisa de certa idade; para entender que matar ou torturar alguém é errado, precisa de bem menos. (Foto: Imagem criada utilizando Google Gemini/Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Francisco Razzo

Por que a maioridade penal deve cair para 16 anos

O carro estava parado num semáforo da Zona Norte do Rio quando quatro homens anunciaram o assalto.

A mãe e a irmã conseguiram sair, mas João Hélio, de 6 anos, ficou preso ao cinto de segurança. Os assaltantes arrancaram com o carro e arrastaram o menino por quase 7 quilômetros. Era 7 de fevereiro de 2007. Nunca me esqueci desse crime.

Na terça-feira, dia 3, o Senado aprovou a PEC da Segurança Pública e deixou a maioridade penal de fora. Por 38 votos a 36, separou as emendas que a reduziam, uma delas para 16 anos como regra e 14 nos crimes mais graves. A discussão foi adiada.

No caso do João Hélio, o quinto criminoso envolvido tinha 16 anos. A lei lhe reservava, no máximo, três de internação. Ela já o trata como autor: chama o que ele fez de “ato infracional” e o submete a uma medida socioeducativa. Mas não mede a resposta pelo ato, pois o teto de três anos vale do roubo ao

homicídio. Defende-se esse teto com um argumento que vale reconstruir.

Eis o argumento: pode até parecer justo reduzir a idade penal. Isso, porém, não conta. Uma medida só se justifica se funcionar. E reduzir idade não funciona: os adolescentes respondem por um número ínfimo de homicídios no Brasil. Vêm de uma infância de escola abandonada e moradia em área de conflito armado, que a cadeia só agrava. A justiça? Como podem ver, não é relevante aqui. Em resumo, trata-se do utilitarismo penal: toda pena é um mal em si, justificável apenas pelo mal maior que evita.

> ***Para entender e assinar um contrato, o adolescente precisa de certa idade; para entender que matar ou torturar alguém é errado, precisa de bem menos***

Aceito os dados que o sustentam. Dispenso o argumento.

“Funciona?” é pergunta incompleta, pois falta dizer para quê. Discutir o fim é discutir justiça. Se o fim for reduzir crimes, o teste aprova até o castigo exemplar, que assusta mais que o proporcional. A crítica vale para os dois lados, visto que a redução defendida para dissuadir também usa o adolescente como meio. Daí o princípio: a pena só se aplica a alguém porque ele cometeu um crime, nunca como meio de promover outro bem, para ele ou para a sociedade.

Falta ver o que a pergunta faz com o adolescente. P. F. Strawson, filósofo de Oxford (1919–2006) e um dos nomes centrais da filosofia inglesa do século 20, descreveu em *Freedom and Resentment* o que

fazemos quando responsabilizamos alguém, antes de qualquer teoria da pena.

Para Strawson, há duas maneiras de olhar para uma pessoa. Na primeira, olhamos a pessoa como participante: reagimos com ressentimento ao mal que faz e com gratidão ao bem. Na segunda, olhamos de fora, como se olha um problema de política pública. A pessoa se reduz a objeto a ser tratado, manejado, curado, treinado ou evitado. A atitude objetiva admite piedade e medo, não ressentimento, indignação nem perdão, que só existem entre participantes.

Quando “funciona?” é a única pergunta, adota-se a atitude objetiva. O adolescente entra na conta como variável: a facção o recruta, a cadeia o piora, a estatística o mede. A atitude nasce, muitas vezes,

da compaixão, que tem razão de ser. Mas tem um preço.

Tirar alguém da comunidade dos que podem ser responsabilizados é tirá-lo também da comunidade dos que podem ser perdoados.

Quando se pune para curar ou para dissuadir, o criminoso deixa de ser pessoa e se reduz a um caso. A vítima segue junto. Sem autor, o que lhe fizeram passa a ser o que lhe aconteceu: uma ocorrência, como a de um temporal numa tarde de verão. Sem o merecimento como medida, a pena fica a cargo do especialista em dados, que decide quando o caso está resolvido numa planilha.

O ressentimento tem medida. Reage ao tamanho do mal. O que se cobra de quem arrastou um menino por 7 quilômetros não se cobra de quem

tomou um carro sem ferir ninguém. Strawson fala de atitudes entre pessoas, não de pena estatal. Mas a pena é o modo como a comunidade responde ao mal em nome de todos. Por isso herda essa medida.

Esse é o critério de justiça. Na definição mais antiga, justiça é dar a cada um o que lhe é devido. Em matéria penal, o devido ao autor é a resposta que corresponde ao que ele fez. Não sei calcular essa medida, mas eu sei que perguntar se ela funciona não tem sentido para quem clama por justiça.

Dirão que um adolescente é uma criança. Concordo em parte. Com as crianças pequenas, a atitude é objetiva e vai cedendo à de participante conforme crescem. O que isenta é não alcançar o sentido do que se fez. Para entender e assinar um contrato, o

adolescente precisa de certa idade; para entender que matar ou torturar alguém é errado, precisa de bem menos.

> ***Toda faixa etária para a maioridade penal é presunção, a dos 18 anos como a dos 16. Escolher o critério é decidir qual erro tolerar***

Resta a culpabilidade reduzida: o adolescente é menos culpável, não inocente. Daí decorre pena menor, ainda proporcional ao ato, sem um teto que independa dele.

Toda faixa etária é presunção, a dos 18 anos como a dos 16. Escolher o critério é decidir qual erro tolerar. Nos crimes mais graves, se a lei trata como incapaz quem entendia o que fazia, a vítima fica

sem resposta. Se trata como capaz quem ainda não entendia, o erro se corrige na dosagem.

A infância devastada pelas condições sociais pede outra resposta. Se a origem isentasse, ninguém responderia por nada, porque ninguém escolhe o temperamento, a família nem o bairro em que se forma. Independentemente, o autor continua sendo o autor. A objeção prática, de que a prisão brasileira recruta para as facções, é séria. Porém, é razão para cobrar do Estado o modo de cumprir, não para fixar o teto da maioridade penal.

A pena não devolve o morto nem conserta a infância. Reconhece a vítima como vítima e mede o que é justo pelo que foi feito. O perdão é atitude entre membros da comunidade moral. Só se perdoa quem agiu. Se a resposta se mede apenas

pela recuperação, não sobra nada a perdoar, só um caos a administrar.



Autor: Francisco Razzo é professor e mestre em Filosofia. Autor de “Contra o Aborto” e “A Imaginação Totalitária” (Record), reuniu seus ensaios mais recentes na coletânea “Minha contribuição para tornar o mundo um lugar ainda pior” (Noétika), uma reflexão sobre a banalidade do heroísmo em uma era de incertezas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Lula convocou a reunião um dia depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa Selic em 13,75% ao ano. (Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Imposto do pecado: o PT odeia sua cervejinha (e sua liberdade)

Se você ainda fuma de vez em quando, se curte uma cervejinha gelada depois do trabalho ou simplesmente dirige, saiba que o PT te odeia. O grupo de Lula é obcecado por impostos e sempre encontra um pretexto fácil para vendê-los: os famosos “impostos do pecado”. São “vícios”, coisas ruins, prejudiciais à saúde. Então o governo mete a mão e cria tributação absurda para “proteger” você – o ingrato que não entende.

Na prática, o PT é fiscalmente irresponsável, esbanjador, gasta como se não houvesse amanhã e compra voto. Depois de destruir as contas públicas, precisa de receita de qualquer jeito. Aí vem o Imposto Seletivo da reforma tributária – que não simplifica nada, só gera mais confusão, insegurança jurídica e a maior alíquota de IVA do mundo.

A medida provisória publicada nesta quarta-feira define as alíquotas que começam a valer em fevereiro de 2027: até 66,7% + R$ 3,50 por maço para cigarros, 24% para destilados (uísque, vodca, gin), 20% para cachaça, 8% para vinhos e 4,2% para cervejas de malte.

> ***Amanhã vem imposto para sedentários, para quem come sal demais, açúcar ou fritura. Qual o limite? O inspetor do Estado no supermercado dizendo que seu carrinho está cheio de junk food e que você não pode, porque 'nós pagamos o SUS'?***

Sua cervejinha vai ficar mais cara. Enquanto isso, Lula pode degustar do Macallan de meio milhão que

o banqueiro picareta Daniel Vorcaro lhe deu de presente. Haja hipocrisia, não?

O primeiro problema é o paternalismo puro. Não cabe ao Estado proteger adultos de si mesmos. Isso é a tirania do bem. A vida é uma aventura arriscada e cada um deve ser livre para escolher como trilhá-la, assumindo as consequências. Parte da liberdade é o direito de ir para o "inferno" do seu próprio jeito – escrevi isso numa coluna em 2012 e continua valendo. Não cabe ao governo cuidar de nós, e quem não entende isso não entendeu o básico sobre liberdade.

O SUS dá o pretexto necessário para punir quem não busca a "saúde perfeita". Se o custo da saúde é coletivo, então a "sociedade", por meio do Estado, tem direito de se intrometer na vida de cada cidadão. Amanhã vem imposto para sedentários, para quem

come sal demais, açúcar ou fritura. Qual o limite? O inspetor do Estado no supermercado dizendo que seu carrinho está cheio de *junk food* e que você não pode, porque “nós pagamos o SUS”?

O segundo ponto é o contrabando. Cerca de 30% do mercado de cigarros no Brasil já é ilegal, vindo do Paraguai com produtos piores, sem fiscalização. Imposto alto empurra a oferta para o mercado negro, beneficia redes criminosas (como a Lei Seca gerou o Al Capone) e ainda gera perda de receita. O Paraguai agradece. E a demanda por bens viciantes é inelástica: o fumante ou o bebedor não para, só migra para o produto mais barato e de pior qualidade. Não reduz o “pecado”; só piora seus efeitos.

Quem não fuma e não bebe e aplaude isso está ajudando a criar o monstro que amanhã se voltará

contra ele – proibição de bronzeamento artificial, controle de sal, o que for. A mentalidade paternalista não para. Eu não fumo, bebo um vinho de vez em quando e nem moro no Brasil, mas aponto o óbvio: isso é ineficaz, injusto e perigoso para as liberdades individuais.

E o PT mascara tudo isso no manto da bondade, como se fosse preocupação legítima com a saúde do povo. O governo precisa de caixa e usa a saúde pública como desculpa. O resto é conversa para boi dormir.



Autor: Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller "Esquerda Caviar" e a coletânea "Contra a maré vermelha". Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



A operação da Receita em conjunto com a Polícia Federal, com o Exército e com a colaboração de autoridades dos Estados Unidos e da Bolívia. (Foto ilustrativa: Divulgação/Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Operação "Timber Shield"

Como “maior apreensão de cocaína da história” virou vexame para Receita e PF

Por Aiuri Rebello

Nenhum grama de cocaína. Foi o que a perícia da Polícia Federal encontrou na carga de 260 toneladas de madeira que, um mês antes, o governo federal apresentara como a maior apreensão da droga já feita no país.

Na ocasião, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, classificou a operação como "uma resposta firme do Estado", conforme publicação na rede social *X* no dia 21 de junho. "Confirmado o volume, será a maior apreensão de cocaína da história do Brasil — e uma das maiores já registradas no mundo. É uma resposta firme do Estado brasileiro à sofisticação das organizações criminosas que atuam no tráfico internacional", comemorou o ministro.

Ele completou dizendo que "a Operação *Timber Shield* mostra a importância da integração entre

inteligência, fiscalização aduaneira, investigação criminal e cooperação internacional". O problema foi que, pouco tempo depois, o que seria uma das maiores apreensões de entorpecentes na história mundial transformou-se em um vexame ainda mal explicado para a Receita Federal e para a Polícia Federal (PF) do Brasil.

História contada era cinematográfica

A história apresentada à imprensa no final de junho era, afinal, cinematográfica: a apreensão de uma carga de madeira de 260 toneladas onde estariam injetadas, na forma líquida, até 50 toneladas de cocaína — segundo a Receita Federal divulgou na ocasião. Com base em ocorrências anteriores, calculava-se que entre 10% e 20% do peso da madeira poderia corresponder a cocaína, com potencial para

atingir de 20 a 50 toneladas da droga.

A operação da Receita em conjunto com a Polícia Federal, com o Exército e com a colaboração de autoridades dos Estados Unidos e da Bolívia apreendeu quatro caminhões com a carga de madeira em Corumbá (MS) e outros quatro em Cáceres (MT), na faixa de fronteira com a Bolívia. Exames iniciais, divulgados pela Receita na época na apresentação da apreensão da madeira, teriam confirmado a presença de cocaína na carga.

Cerca de 15 dias antes, a aduana do Chile havia apreendido 100 toneladas de cocaína vindas da Bolívia com a droga líquida misturada na madeira. Informações compartilhadas pela agência antidrogas dos Estados Unidos (o DEA, na sigla em inglês) apontam que as duas cargas, no Chile e no Brasil, estavam relacionadas entre si e

tinham origem no mesmo local de produção de cocaína na Bolívia.

A suspeita levou ao monitoramento dos caminhões ainda na região de fronteira em uma grande operação policial de vigilância. A partir dessas informações, equipes iniciaram uma fiscalização reforçada e interceptaram os oito caminhões carregados com madeira nos postos de controle da fronteira.

Segundo informações obtidas durante a operação, a madeira tinha como destino os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Parte dos caminhões seguiria para Campo Grande antes da distribuição da carga.

O que mudou após a apreensão e o anúncio sobre a cocaína apreendida?

No entanto, a confirmação definitiva sobre a presença de cocaína na carga de madeira ainda dependia das análises laboratoriais conduzidas pela Polícia Federal, que acompanha a custódia dos caminhões e a investigação do caso. Aí é que veio a surpresa e o consequente vexame.

Cerca de um mês depois da apreensão, saiu a perícia oficial do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, que simplesmente **não detectou nenhum traço de cocaína — e nem de nenhum outro entorpecente** — na carga de madeira. Algumas peças da carga foram selecionadas aleatoriamente para análise.

Com o uso de ferramentas como motosserras e furadeiras, os peritos coletaram nove amostras: cinco de serragem e quatro de lascas de madeira. Segundo a Polícia Federal, todos os testes e exames instrumentais realizados nas amostras deram resultado negativo.

"Os fragmentos de madeira foram observados atentamente, buscando-se verificar suas principais características naturais e indícios macroscópicos que pudessem indicar a adsorção de substâncias em seu interior ou em sua superfície. Com relação à suspeita de que continha substância entorpecente no interior de suas fibras, há que se fazer as seguintes considerações [...] Todos os testes e exames instrumentais descritos acima resultaram NEGATIVOS para a presença de cocaína impregnada nas amostras de madeira

encaminhadas a exame pericial", aponta o laudo oficial da PF.

Antes disso, **a polícia federal da Bolívia já havia descartado a presença de cocaína na carga**. Conforme informou à imprensa do país o comandante da polícia boliviana, Mirko Sokol, as informações preliminares que tinham até aquele momento sugeriam não haver motivos para continuar com a investigação.

Após os exames periciais da PF, feitos em amostras da carga, a madeira passou por uma nova inspeção com o auxílio de **cães farejadores, que também não detectaram nada**.

Inquérito apura comunicação falsa de crime

A situação causou uma saia justa entre a PF e a Receita Federal, que comandou a operação. Após o laudo, a Polícia Federal instaurou um inquérito policial para apurar o que deu errado na operação. Entre os delitos apurados, está o de comunicação falsa de crime.

Em uma longa nota divulgada à imprensa, a Receita Federal afasta qualquer crítica à operação "Timber Shield". "Durante os procedimentos de fiscalização, foram realizados narcotestes preliminares pela Receita Federal que apresentaram reação indicativa da presença de entorpecente. A Aduana Boliviana e a *Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico* (FELCN) também realizaram a aplicação de narcotestes preliminares que indicaram a presença de

entorpecente", afirma a assessoria de imprensa da Receita.

"Posteriormente, a Receita Federal foi comunicada de que as amostras submetidas à perícia da Polícia Federal apresentaram resultado negativo para entorpecentes e para outras substâncias de interesse forense. Em Cáceres, os exames periciais foram concluídos, com resultado definitivo negativo para a presença de substância ilícita", confirma a nota.

"Em Corumbá, contudo, a apuração ainda não foi encerrada. Permanecem pendentes análises periciais a cargo do Instituto Nacional de Criminalística (INC), e a Polícia Federal instaurou inquérito para o aprofundamento das diligências investigativas, sob acompanhamento do

Ministério Público Federal e com ciência da Receita Federal", diz o órgão público.

A Receita afirma ainda que "causam preocupação manifestações divulgadas com base em fontes não identificadas que colocam em dúvida a atuação da Receita Federal no caso em questão".



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Os senadores de oposição ampliaram a ofensiva sobre Davi Alcolumbre exigindo o andamento imediato na Casa do processo de impedimento contra Moraes. (Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Disputa pela Presidência

Direita aposta na exposição de votos no Senado para derrotar aliança entre Alcolumbre, Lula e Moraes

Por Sílvio Ribas

A candidatura que a direita prepara para a Presidência do Senado em fevereiro de 2027 busca fortalecer-se com compromissos públicos. Rogério Marinho (PL-RN), o candidato com mais chances nesse campo político, quer transformar a cobrança de eleitores em engajamento e em obstáculo a deserções.

Para evitar perdas de votos com acordos de bastidores articulados por Davi Alcolumbre (União-AP), atual presidente da Casa e candidato à reeleição, a estratégia visa expor desde já o posicionamento dos senadores e a cédula deles no mesmo dia de votação em plenário.

O desafio do PL, do Novo e de aliados de outros partidos de centro-direita é derrotar a tríplice aliança entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro Alexandre de Moraes, do

Supremo Tribunal Federal (STF), e Alcolumbre, que opera intensamente após as eleições presidenciais.

A esquerda apoia a recondução de Alcolumbre, que resiste a abrir processos de impeachment contra ministros. A parceria entre Executivo e Judiciário serve aos projetos de manutenção de poder, via anulação de prerrogativas do Legislativo.

Rogério Marinho recebe apoios e acelera plano para preservar votos

O lançamento da campanha de Marinho foi oficializado na manhã desta quarta-feira (4), com o desafio de incorporar ao projeto Tereza Cristina (PP-MS), que também se coloca como opção a Alcolumbre. O desafio de ambos é viabilizar a

conquista de votos além do núcleo conservador, sem transformar a disputa em divisões. O prazo para definições é curto.

Marinho quer que os senadores revelem suas escolhas para elevar o custo político de prometer punição a juízes do STF e depois votar em Alcolumbre. “A oposição evocará a promessa do próprio presidente do Senado em 2019, de pôr fim ao secretismo”, diz o cientista político Ismael Almeida.

Para o especialista, a estratégia da direita já produziu resultados: senadores se posicionam, rejeitam acordos partidários e reafirmam de público o apoio ao impeachment de ministros, com Moraes no topo da lista. A tendência é de que as iniciativas se convertam em movimento social.

O senador eleito José Medeiros (PL-MT) foi um dos primeiros a anunciar publicamente sua escolha: “Vamos de Rogério Marinho, para iniciar processos de impeachment, a começar de Alexandre de Moraes”, diz. Ele também se mostra favorável à revelação das cédulas de votação.

Transparência que elegeu Alcolumbre agora é ameaça para o seu comando

Em 2019, o próprio Alcolumbre usou a bandeira da transparência contra Renan Calheiros (MDB-AL). O STF abriu o painel de votação por meio de decisão liminar, derrubada por outro ministro no dia da sessão. Sob pressão das redes sociais, senadores exibiram votos. Renan desistiu.

A oposição tenta agora voltar o mesmo mecanismo contra o seu antigo beneficiário. Assim como Tereza Cristina, Guilherme Derrite (PP-SP), senador eleito, rejeitou Alcolumbre, negando a orientação da federação União-PP. O parlamentar eleito por São Paulo defendeu candidato único da direita. Já os partidos União Brasil e Progressistas anunciaram o apoio à reeleição de Alcolumbre.

Em 2023, Marinho recebeu 32 votos, contra 49 de Rodrigo Pacheco (à época no PSD). Agora, seus aliados projetam maioria, mas Alcolumbre também alega já ter 48 apoios. A sobreposição das contas mostra o confronto entre compromissos públicos que precisam resistir à votação secreta.

Marcus Deois, diretor da consultoria política Ética, ressalta que as bancadas majoritárias do PL na Câmara e no Senado não garantem as presidências do Congresso porque o jogo interno é outro, distinto da briga eleitoral. “Nem a força das redes sociais serve nessa hora”, diz.

Direita e centro-direita declaram resistência à pressão governista

A briga pela eleição da Presidência do Senado inclui desde cargos na Mesa Diretora até a oferta de um gabinete mais amplo ou garantia de viagens internacionais. Além dos bastidores, a oposição exibe o peso da bancada do PL (28) e os questionamentos apresentados pelo Novo sobre os pedidos de impeachment de ministros e os de suspeição de Alcolumbre.

Para o senador Eduardo Girão (Novo-CE), que estará de fora da próxima legislatura, as muitas cobranças que fez contra Alcolumbre ao longo de seu mandato, por omissão ou por blindagem de poderosos acusados de abusos e escândalos, poderão ser honradas pelo voto de oposição.

Ele faz alusão à imagem bíblica da vitória de Davi contra Golias para avaliar a situação atual da disputa no Parlamento. "Davi [Alcolumbre] agora é o novo Golias a ser derrotado pela transparência", afirma Girão. Para ele, será preciso mais do que indignação para resistir à forte influência do presidente do Senado sobre os colegas.

Os acenos de Alcolumbre a um perdão para Jair Bolsonaro (PL) encontram desconfiança. Carlos Jordy (PL-RJ), deputado federal e senador eleito

pelo Rio de Janeiro, e o senador Jorge Seif (PL-SC) lembram promessas anteriores e rejeitam trocar o comando por concessões. Opositores veem na “pacificação” só a tentativa de salvar Moraes.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Rodrigo Pacheco é um dos favoritos para assumir a cadeira que era de Barroso no STF. (Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado)

Favorito do sistema

Pacheco, que blindou STF, pode virar ministro e ainda emplacar Código Civil explosivo

Por Leonardo Desideri

Rodrigo Pacheco anunciou o fim da sua carreira política há menos de seis meses, mas já está perto de se firmar no poder como mais um ministro com viés político dentro do Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-presidente do Senado, que barrou a abertura de processos de impeachment contra membros do STF durante quatro anos, voltou a ser o favorito em Brasília para ocupar uma cadeira na Corte.

Ao mesmo tempo, outra iniciativa sua pode avançar no Congresso: um novo Código Civil que desfigura as bases jurídicas da família, abre caminho para mais censura nas redes sociais e provoca insegurança jurídica nas relações contratuais.

Pacheco tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) em 30 de setembro, em

uma acomodação temporária feita pelo consórcio entre o PT e a ala autoritária do STF. A reeleição de Lula (PT) deu novo impulso à articulação para levá-lo ao STF ainda em 2026, antes que a renovação do Senado torne mais difícil aprovar nomes indicados pelo petista.

Entre fevereiro de 2021 e o início de 2025, quando presidiu o Senado, ele manteve fechada a porta para processos de impeachment contra ministros da Corte, mesmo diante de uma sucessão de pedidos apresentados por cidadãos, parlamentares e pelo próprio presidente da República.

Até o fim de seu mandato, Pacheco havia recebido mais de 60 pedidos de impeachment contra ministros do STF. Alexandre de Moraes era o

principal alvo, com mais de vinte denúncias. Nenhum processo foi aberto.

"Ele foi presidente do Senado durante um período duríssimo desta autocracia de toga. Engavetou pedidos de impeachment, sobretudo contra o Alexandre de Moraes. É uma figura política, e agora está praticamente na margem entre o Legislativo e o Judiciário. Aliás, isso tem sido uma tônica. Nos últimos anos, observamos certas figuras que já nem sabemos mais a que poder pertencem, porque elas migram de um poder para o outro com uma facilidade tremenda. Na verdade, executando as mesmas tarefas – que são, em última análise, as blindagens recíprocas", afirma a jurista Katia Magalhães, especialista em responsabilidade civil.

Em 2021, ao arquivar o pedido de impeachment protocolado pelo então presidente Jair Bolsonaro, Pacheco disse que isso seria um "marco de pacificação e união nacional". A atitude se manteve a mesma nos anos seguintes, enquanto cresciam os abusos de Moraes nos inquéritos contra a direita e nos processos relacionados ao 8 de janeiro.

Segundo informações de diversos veículos, Lula ainda cogita uma nova indicação do advogado-geral da União Jorge Messias, mas vai discutir o nome de Pacheco com Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado e principal aliado político do ex-senador mineiro. Ministros do Supremo da ala autoritária também defendem seu nome. A escolha ainda não foi oficializada, mas a aposta é que o ex-senador conseguiria os

41 votos necessários à aprovação sem grandes dificuldades.

Em abril, Alcolumbre ajudou a impor uma derrota histórica a Lula ao trabalhar contra a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga aberta pela aposentadoria de Luís Roberto Barroso. Messias recebeu apenas 34 votos favoráveis e 42 contrários. Alcolumbre preferia Pacheco.

Parceiros políticos, ambos foram eleitos com o apoio do PL e sempre agiram de forma semelhante em relação às demandas da direita no Congresso. Assim como Alcolumbre, Pacheco traiu a confiança depositada pela oposição e fez do comando do Senado uma muralha de proteção a ministros do STF.

Imagem de homem cordato de Pacheco ajuda a amansar a oposição

Parte da força política de Pacheco está na habilidade de cultivar uma imagem de homem cordato, que encontra acolhida até entre parlamentares da direita que passaram anos exigindo o impeachment de ministros do STF e viram suas reivindicações serem frustradas por ele.

O ex-presidente do Senado recebe elogios públicos de figuras importantes da oposição. Carlos Portinho (PL-RJ), por exemplo, afirmou em fevereiro de 2025 que Pacheco sempre o tratou com respeito e que "o Brasil agradece os dois mandatos" dele à frente da Casa.

Em 2024, Eduardo Girão (Novo-CE), um dos principais críticos do STF no atual Senado, fez um pronunciamento para "parabenizá-lo por estar priorizando aquilo que é de interesse da população" por sua atuação na PEC das Drogas, que contrariava o entendimento da Corte. Damares Alves (Republicanos-DF) também o parabenizou no mesmo contexto.

Mais recentemente, em setembro deste ano, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) chamou Pacheco de "grande constitucionalista" durante a análise para sua indicação para o TCU. A aprovação no Senado foi por 63 votos a quatro, um placar que ajuda a explicar por que seus aliados acreditam que ele também conseguiria passar com facilidade por uma sabatina para o Supremo.

"É uma figura bem centrista, bem pasteurizada. É a cara do ranço fisiológico do nosso parlamento. Ele dialoga muito bem com o PT e dialoga muito bem com figuras da direita, com o PL, com o Valdemar Costa Neto. Transita bem por vários ambientes", observa Katia.

Um desses ambientes é o STF. Sua proximidade com a ala autoritária do Supremo vai além da relação formal entre os Poderes. Em agosto de 2025, uma reportagem da *Folha de S.Paulo* revelou que Moraes mantinha jantares quase semanais em Brasília com Alcolumbre e Pacheco. A afinidade teria surgido quando Moraes presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Pacheco comandava o Senado.

Com a mudança da composição do Senado cada vez mais próxima, apoiadores de Pacheco veem

urgência na negociação para a sua indicação. A direita chegará à próxima legislatura não só numericamente fortalecida, mas com novos parlamentares de convicções menos maleáveis, como Carol de Toni (PL-SC), Carlos Bolsonaro (PL-SC), Gustavo Gayer (PL-GO), Marcel van Hattem (Novo-RS), Guilherme Derrite (PP-SP), Michelle Bolsonaro (PL-DF), Bia Kicis (PL-DF), Carlos Jordy (PL-RJ) e Deltan Dallagnol (PL-PR). Na atual conjuntura, até o fim de janeiro de 2027, a aposta dos apoiadores de Pacheco é que ele ainda vai conseguir reunir votos inclusive de muitos parlamentares oposicionistas.

Aos 50 anos, Pacheco poderia permanecer no STF por 25 anos, fortalecendo por décadas a ala autoritária da Corte.

Novo Código Civil que implode conceito de família pode se tornar outra marca duradoura de Pacheco

Enquanto o nome de Pacheco circula com força nas negociações para o STF, o Senado mantém em discussão o projeto mais ambicioso de sua passagem pelo Congresso: a proposta do novo Código Civil, apresentada por ele em janeiro de 2025.

O texto nasceu de uma comissão de juristas criada por iniciativa de Pacheco quando presidia o Senado. O grupo foi coordenado pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), outra figura bastante próxima da ala autoritária do STF. Depois de receber o anteprojeto, Pacheco assumiu sua autoria no Congresso, transformando-o no PL 4/2025.

A proposta é apresentada por seus defensores como uma mera modernização da legislação civil, vigente desde 2002, para acompanhar mudanças tecnológicas e sociais. Mas o alcance é bastante amplo: o projeto original modifica mais de mil artigos e dispositivos de leis federais e mexe em aspectos centrais da vida familiar.

Entre as mudanças mais controversas está o chamado "divórcio express", que permitiria a um dos cônjuges pedir sozinho a dissolução do casamento diretamente em cartório. A averbação poderia ocorrer cinco dias após a notificação, sem que questões como pensão, guarda dos filhos e divisão patrimonial fossem resolvidas no mesmo procedimento.

Na área de heranças, a proposta retira o cônjuge da lista de herdeiros necessários. Uma pessoa casada poderia deixar o marido ou a mulher sem participação na herança. Outra alteração elimina a proibição de beneficiar um amante por testamento.

O projeto também regulamenta a chamada "barriga de aluguel". Em outro dispositivo, condiciona o conhecimento da identidade do pai biológico doador de material genético a uma autorização judicial.

O texto não foi escrito pessoalmente por Pacheco, mas seu envolvimento não foi só a assinatura. Ele criou uma comissão de juristas composta por amigos seus, apresentou a proposta e presidiu a comissão temporária encarregada de analisá-la. Em abril de 2025, chegou a organizar o

lançamento de um livro sobre a reforma, com artigos dos participantes da elaboração do anteprojeto. O evento teve Alexandre de Moraes como convidado especial.

Mesmo ao deixar o Senado para assumir o TCU, Pacheco demonstrou preocupação com o futuro da iniciativa. Em setembro, disse ao site jurídico *Jota* que pediria o engajamento de colegas para manter a discussão em andamento.

A comissão temporária teve prazo de funcionamento prorrogado até 22 de dezembro de 2026. O sistema do Senado registra centenas de emendas ao projeto, que está sob a relatoria de Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Não há, por enquanto, votação marcada nem um substitutivo consolidado que permita saber quais mudanças permanecerão na versão final.

Efraim Filho (PL-PB), que assumiu o comando da comissão, declarou à *Folha de S.Paulo*, em 19 de outubro, que pretende enxugar o texto e concentrar o trabalho em pontos de consenso. Disse não ter "compromisso com temas que podem gerar muita polêmica". Por enquanto, porém, não há garantia de que os dispositivos mais controversos sejam retirados.

Também para o novo Código Civil, a chegada de um Congresso mais conservador em 2027 tende a ser uma barreira para a pretensão de Pacheco, o que aumenta a pressa de Alcolumbre e seus amigos no Senado por uma eventual votação ainda neste ano.

Mesmo que a proposta seja aprovada pelo Senado, ainda precisará passar pela Câmara dos

Deputados, onde poderá sofrer novas alterações. Na Câmara, mesmo em sua atual composição, a chance de aprovação seria menor.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Santiago Peña renunciou à Presidência do Paraguai nesta quinta-feira (5) (Foto: Juan Pablo Pino/EFE)

Ex-presidente

Da promessa de renovação à renúncia: a trajetória de Santiago Peña no Paraguai

Por Agência EFE

Santiago Peña, economista de formação e apoiado pelo Partido Colorado, chegou à

Presidência do Paraguai em 2023 como uma figura de renovação, mas deixa o cargo arrastado pela crise provocada pelo fechamento do Ueno Bank, que comprometeu milhões de dólares do sistema previdenciário do país.

Peña, de 47 anos, apresentou sua renúncia nesta quinta-feira (5), depois de perder o apoio de seu próprio partido e diante da ameaça de um processo de impeachment no Congresso, impulsionado após a intervenção no Ueno Bank por problemas de solvência.

"Decidi apresentar minha renúncia à Presidência da República. Faço isso pensando na estabilidade do nosso país, na paz social e na necessidade de preservar nossas instituições democráticas", declarou em um vídeo divulgado na rede social X.

Sua saída encerra antecipadamente um mandato que deveria terminar em 2028 e representa um revés para o Partido Colorado, que governa o Paraguai desde 1947, com uma única interrupção entre 2008 e 2013.

Depois de integrar, durante a juventude, as fileiras do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Peña ingressou em 2016 no partido governista, com o apoio do então presidente Horacio Cartes (2013-2018), considerado seu mentor político e que, nesta quinta-feira, retirou publicamente o apoio ao agora ex-presidente e respaldou o processo de impeachment.

Na época ministro da Fazenda de Cartes, Peña teve sua primeira experiência eleitoral quando

registrou, em 2017, sua pré-candidatura à Presidência nas eleições internas daquele ano.

Ele concorreu pelo movimento Honor Colorado, a ala liderada por Cartes dentro do partido governista, mas perdeu para Mario Abdo Benítez.

Em dezembro de 2022, com apenas seis anos de filiação ao Partido Colorado, conquistou a candidatura presidencial da legenda governista. Em 30 de abril de 2023, venceu as eleições gerais com 42,74% dos votos, em uma chapa com Pedro Alliana, que assumiu a Vice-Presidência.

Juventude foi marca da imagem política de Peña

A juventude foi uma das características com as quais Peña construiu sua imagem política. Nascido em 16 de novembro de 1978, em

Assunção, tornou-se pai aos 17 anos e se casou aos 19 com Leticia Ocampos, com quem tem dois filhos.

Estudou Economia na Universidade Católica de Assunção e iniciou sua carreira profissional no Banco Central do Paraguai (BCP), onde ingressou em 2000. Posteriormente, cursou mestrado em Administração Pública na Universidade Columbia, nos Estados Unidos, e, em 2009, ingressou no departamento da África do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde trabalhou durante três anos.

Ao retornar ao Paraguai, voltou ao BCP, instituição da qual saiu depois que Cartes o nomeou ministro da Fazenda, em janeiro de 2015, quando tinha 36 anos.

Relação de Peña com o Ueno Bank

Os vínculos empresariais de Peña com o setor financeiro paraguaio ganharam especial relevância durante a crise do Ueno Bank.

O então presidente foi acionista da Ueno Holding, conglomerado pertencente ao Grupo Vázquez, que reúne empresas como o Ueno Bank. Essa participação, vendida em março de 2025, tornou-se um dos principais argumentos dos parlamentares que endossaram um processo de impeachment contra Peña, em análise nesta quinta-feira pelos deputados. Há também uma sessão do Congresso, marcada para a tarde desta quinta, em que os parlamentares vão decidir se aceitam ou não a renúncia do presidente.

O Banco Central do Paraguai determinou, na terça-feira, a liquidação do Ueno Bank após constatar que seu índice de solvência havia caído abaixo do mínimo exigido. A instituição, com cerca de 3 milhões de clientes, administrava aproximadamente US$ 850 milhões em recursos públicos, incluindo verbas previdenciárias e de saúde, além de depósitos de empresas estatais.

Um presidente alinhado a Trump

Na política externa, Peña estreitou seus vínculos com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e alinhou o Paraguai a algumas das principais iniciativas de seu governo para a região.

Em março de 2026, participou da cúpula do Escudo das Américas, convocada por Trump em

Miami, e assinou a criação da Coalizão Anticarteis das Américas, incorporando o Paraguai a essa aliança regional de segurança.

Críticas a viagens

Peña também foi criticado pela frequência de suas viagens oficiais, que a imprensa paraguaia apelidou de "Santi Tour". Durante seu mandato, realizou mais de 70 viagens ao exterior, com as quais defendia seu objetivo de transformar o país no mais desenvolvido da América Latina.



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- Em crise após derrota nas midterms, republicanos pedem mudança de rota a Trump
- Estrangeiros retiraram R$ 8,4 bilhões da Bolsa desde a reeleição de Lula
- Tabelamento de juros racha base aliada e Lula ignora tombo do mercado
- “Perdi para o sistema”, diz Flávio Bolsonaro ao New York Times sobre eleição presidencial
- Lula tenta driblar “estelionato eleitoral” para conter explosão das contas e recessão
- Cinco consequências da derrota de Trump, com impacto até na direita brasileira

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo Whatsapp ou pelo Telegram. Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na newsletter exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice